

Para acessar o relatório completo clique [aqui](#).

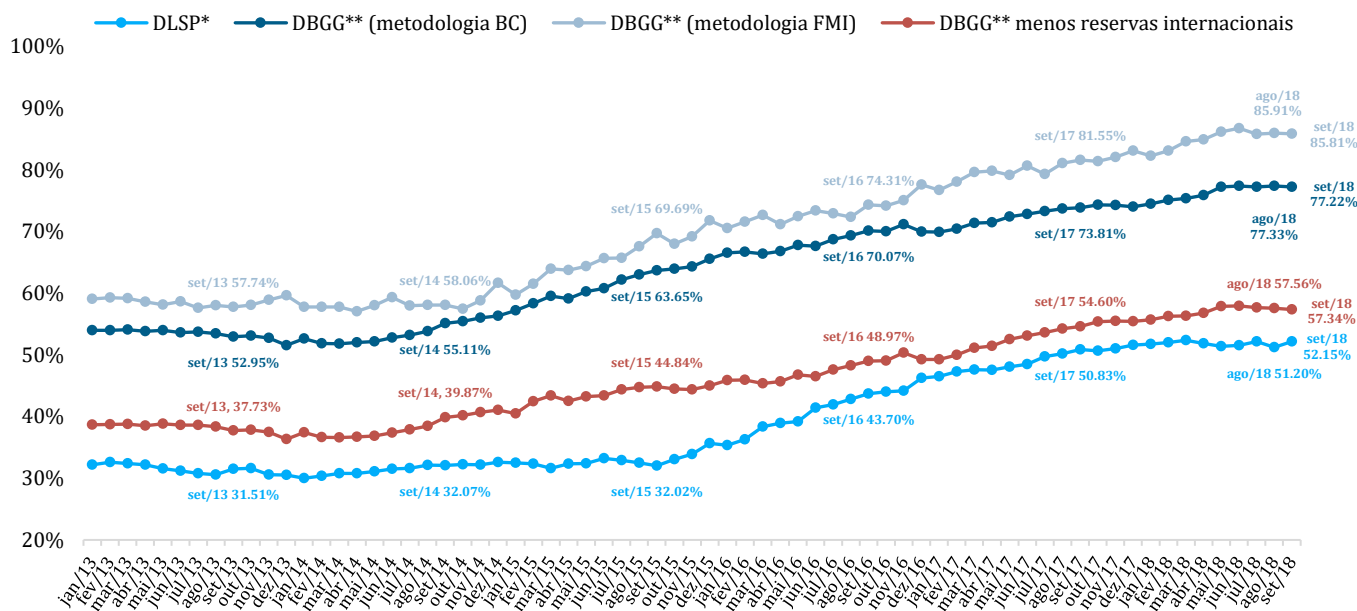
2. CONJUNTURA FISCAL

O objetivo desta seção é apresentar o estado das contas públicas em setembro de 2018, a partir de informações do Banco Central, do Tesouro Nacional e da Receita Federal. A seção 2.1 retrata o estoque da dívida pública brasileira. A seção 2.2 aborda os fluxos que afetam o estoque da dívida: déficit nominal, resultado primário e juros. Finalmente, para se ter uma visão desagregada do resultado primário do Governo Central (GC), a seção 2.3 traz aspectos das receitas e despesas primárias do GC.

2.1 Dívida Pública

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) atingiu R\$ 5,247 trilhões em setembro de 2018, valor maior do que o de agosto em R\$ 22,7 bilhões, porém menor se considerado como percentual do PIB (passou de 77,33% para 77,22%) – veja o Gráfico 6. Este aumento em termos absolutos se deveu ao crescimento da dívida interna, de R\$ 4,939 trilhões em agosto para R\$ 4,970 trilhões em setembro, uma vez que a dívida externa caiu, de R\$ 285 bilhões em agosto para R\$ 276 bilhões em setembro. O aumento de R\$ 32 bilhões da dívida interna se deveu majoritariamente ao acréscimo de R\$ 33,4 bilhões nas operações compromissadas do Banco Central (a variação da dívida interna total é menor do que esse valor porque outros de seus componentes diminuíram). Em setembro de 2017, a DBGG era de 73,81% do PIB. O Gráfico 6 aponta para uma estabilização da dívida, sob suas diferentes medidas, nos últimos meses, fenômeno possivelmente relacionado com as devoluções do BNDES, como será discutido na seção Cenários Fiscais, subseção Dívida Bruta do Governo Geral.

GRÁFICO 6. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA (% DO PIB)

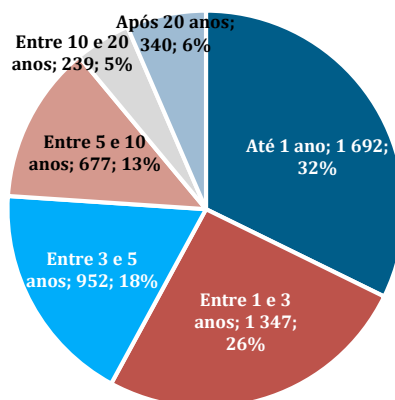


Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI. *Dívida Líquida do Setor Público. **Dívida Bruta do Governo Geral. Os números dentro da área de plotagem se referem às linhas a que estão mais próximos.

O cronograma de vencimento da DBGG divulgado pelo Banco Central aponta que, tendo setembro de 2018 como base, 32% do total desta medida de endividamento vence em até um ano, e 58% vence em até três anos (Gráfico 7). Esta distribuição de vencimentos tem se mantido estável ao menos desde 2006, muito embora a DBGG como percentual do PIB venha crescendo desde 2014 (Gráfico 8). Ao se decompor a DBGG em dívidas interna e externa, nota-se contudo uma diferença entre os prazos: a maior parte da dívida interna (61%) vence em até três anos (Gráfico 9), enquanto 90% da dívida externa vence em mais de três anos (Gráfico 10). Como a dívida interna corresponde a 95% da DBGG (em setembro de 2018), o perfil de vencimentos da primeira acaba determinando o perfil desta última.

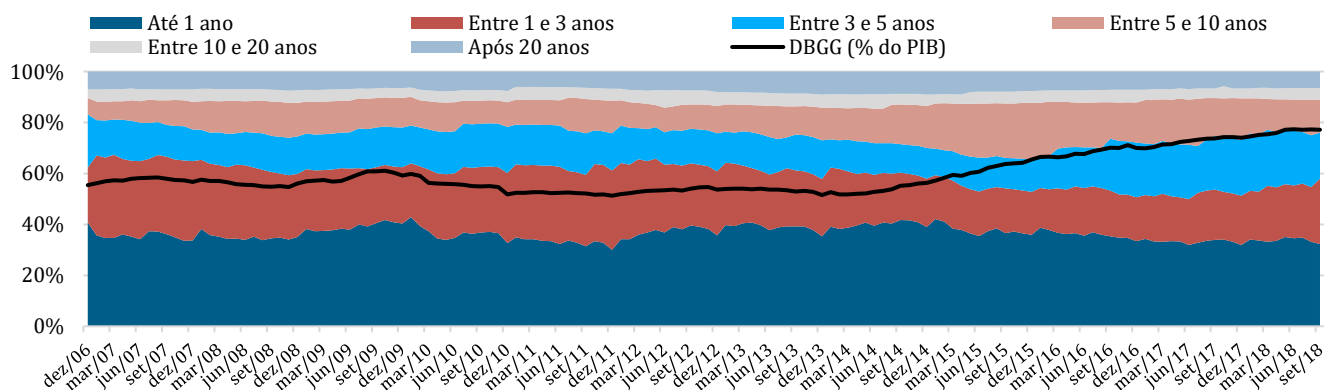
A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu R\$ 3,544 trilhões ou 52,15% do PIB. Em relação a agosto de 2018, a DLSP aumentou em termos absolutos (em R\$ 84,5 bilhões) e também como percentual do PIB, pois estava em 51,20% em agosto.

GRÁFICO 7. VENCIMENTO DA DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL
SETEMBRO DE 2018



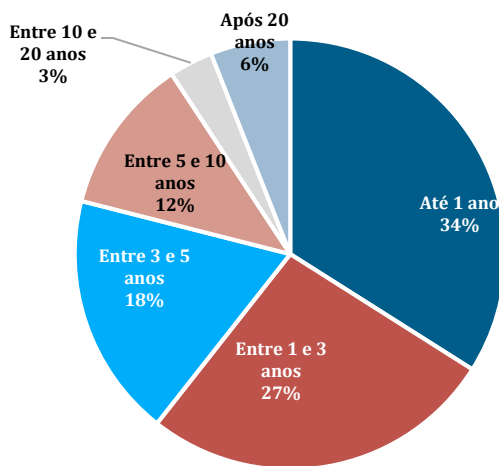
Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

GRÁFICO 8. VENCIMENTO DA DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL E DBGG COMO PERCENTUAL DO PIB
DEZEMBRO DE 2006 A SETEMBRO DE 2018



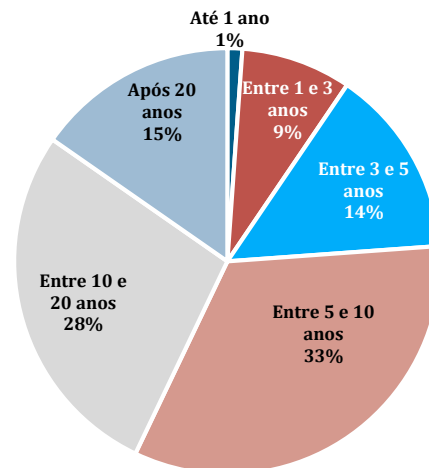
Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

GRÁFICO 9. VENCIMENTO DA DÍVIDA INTERNA
SETEMBRO DE 2018



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

GRÁFICO 10. VENCIMENTO DA DÍVIDA EXTERNA
SETEMBRO DE 2018

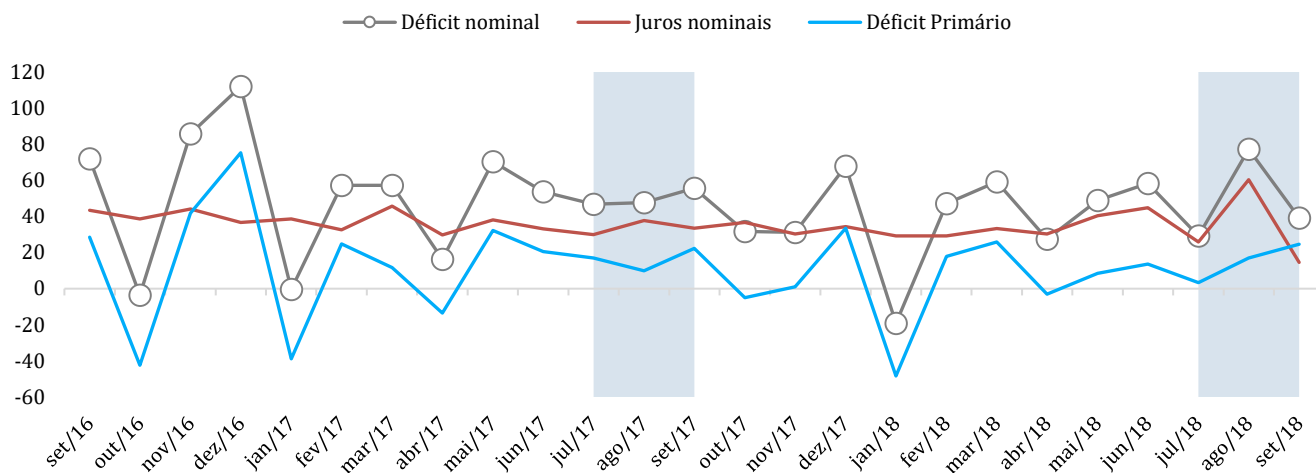


Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

2.2 Necessidades de Financiamento do Setor Público

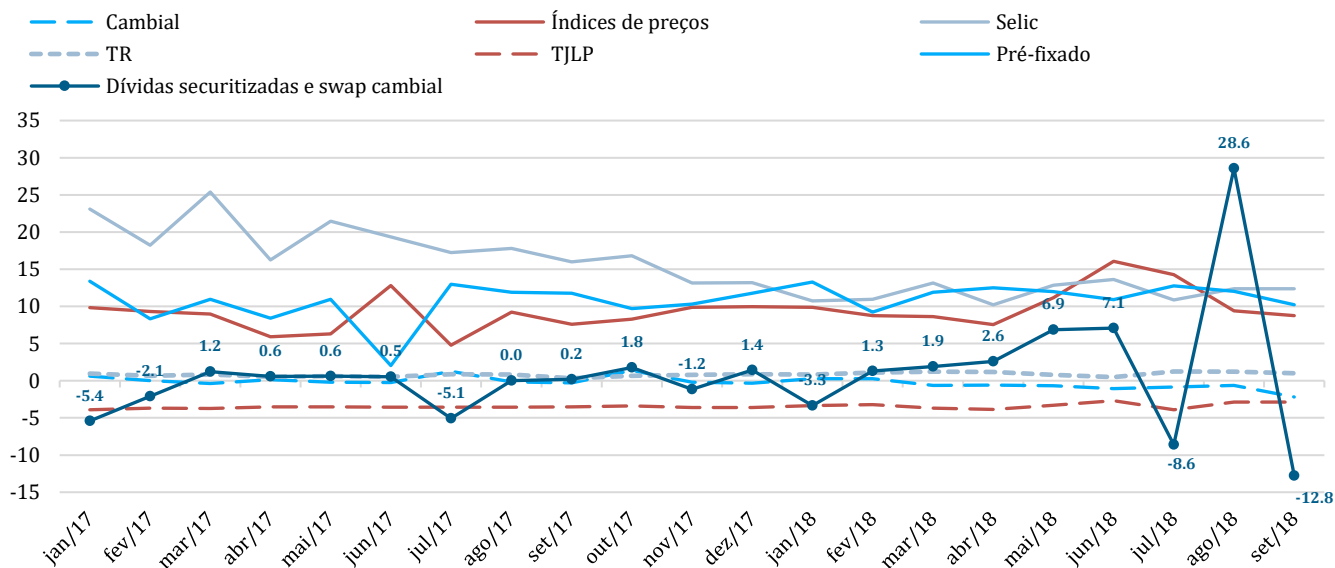
O déficit nominal do setor público consolidado foi de R\$ 39,2 bilhões (7,19% do PIB) em setembro de 2018, resultado da soma do déficit primário (R\$ 24,6 bilhões, ou 1,29% do PIB) com a apropriação de juros nominais (R\$ 14,6 bilhões ou 5,9% do PIB) – veja o Gráfico 11. A queda nos juros nominais entre agosto e setembro foi mais intensa do que a alta observada entre julho e agosto. Tal inversão se deveu, principalmente, ao ganho de R\$ 12,8 bilhões com operações de *swap* cambial em setembro, sendo que em agosto houve perda de R\$ 28,6 bilhões (Gráfico 12). O resultado das operações com *swap*, que acompanham os movimentos da taxa de câmbio, levou os juros nominais em setembro de 2018 a seu menor valor real desde março de 2016. Descontado o ganho com *swaps*, os juros teriam sido de R\$ 27,3 bilhões em setembro. Dados preliminares do Banco Central apontam que em outubro já se acumularam ganhos adicionais com *swaps* de cerca de R\$ 19,5 bilhões, de forma que a perda de agosto deverá ter sido totalmente revertida nos meses de setembro e outubro, sob influência da apreciação do real frente ao dólar. O Gráfico 13 apresenta as séries de déficit nominal e de juros nominais como percentual do PIB acumulado em 12 meses, bem como os seus valores quando é descontado o gasto com *swaps* cambiais.

**GRÁFICO 11. NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO
R\$ BILHÕES (PREÇOS DE SETEMBRO DE 2018)**



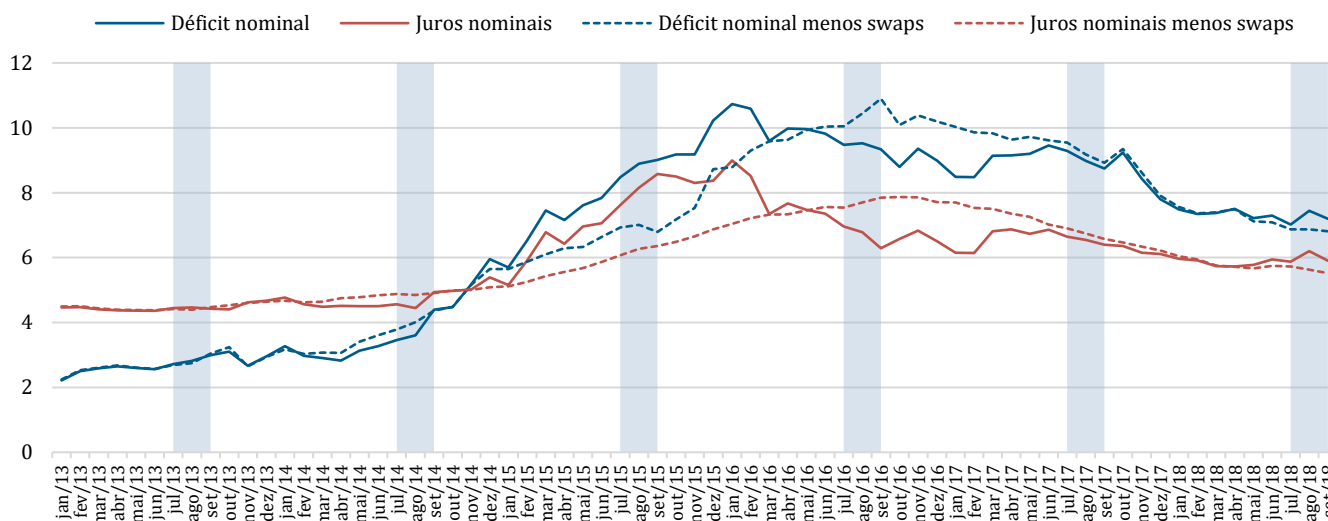
Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI. Valores positivos indicam déficit; valores negativos, superávit. As áreas realçadas indicam os meses de julho, agosto e setembro de cada ano, para facilitar comparações visuais.

**GRÁFICO 12. JUROS NOMINAIS POR INDEXADOR
R\$ BILHÕES (PREÇOS DE SETEMBRO DE 2018)**



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI. A série de dívidas securitizadas e swap cambial inclui os gastos com swaps cambiais pelo critério "caixa". Valores positivos indicam perdas, e valores negativos indicam ganhos. Os números dentro da área de plotagem se referem à série histórica de "Dívidas securitizadas e swap cambial".

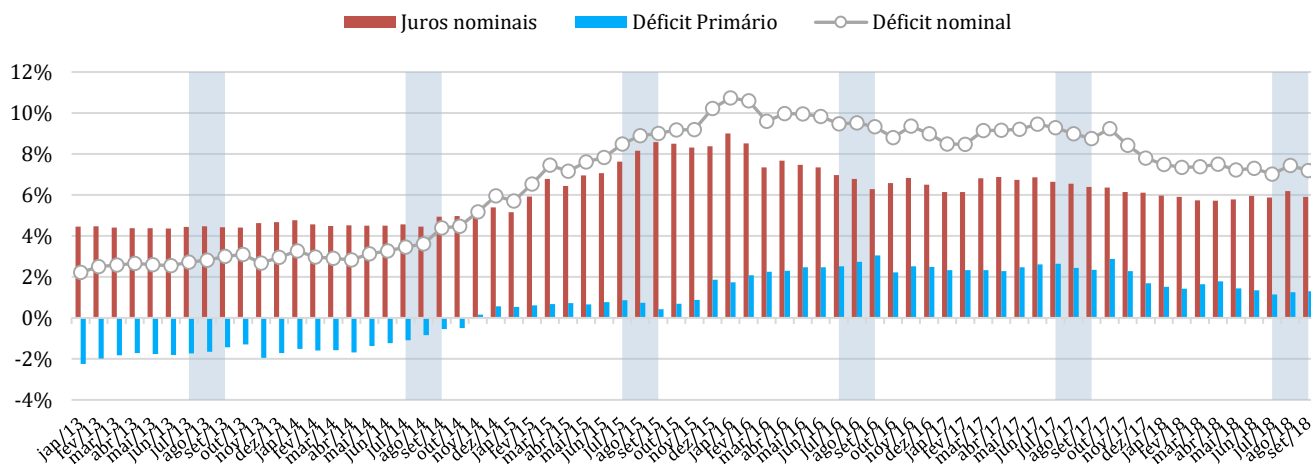
GRÁFICO 13. NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO MENOS GASTOS COM SWAP CAMBIAL* (% DO PIB ACUMULADO EM 12 MESES)



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI. As séries históricas são iguais ao déficit nominal e à apropriação de juros nominais depois de excluído o resultado das operações de swap cambial. A medida referente ao swap cambial é o resultado das operações pelo critério de caixa. As áreas realçadas indicam os meses de julho, agosto e setembro de cada ano, para facilitar comparações visuais.

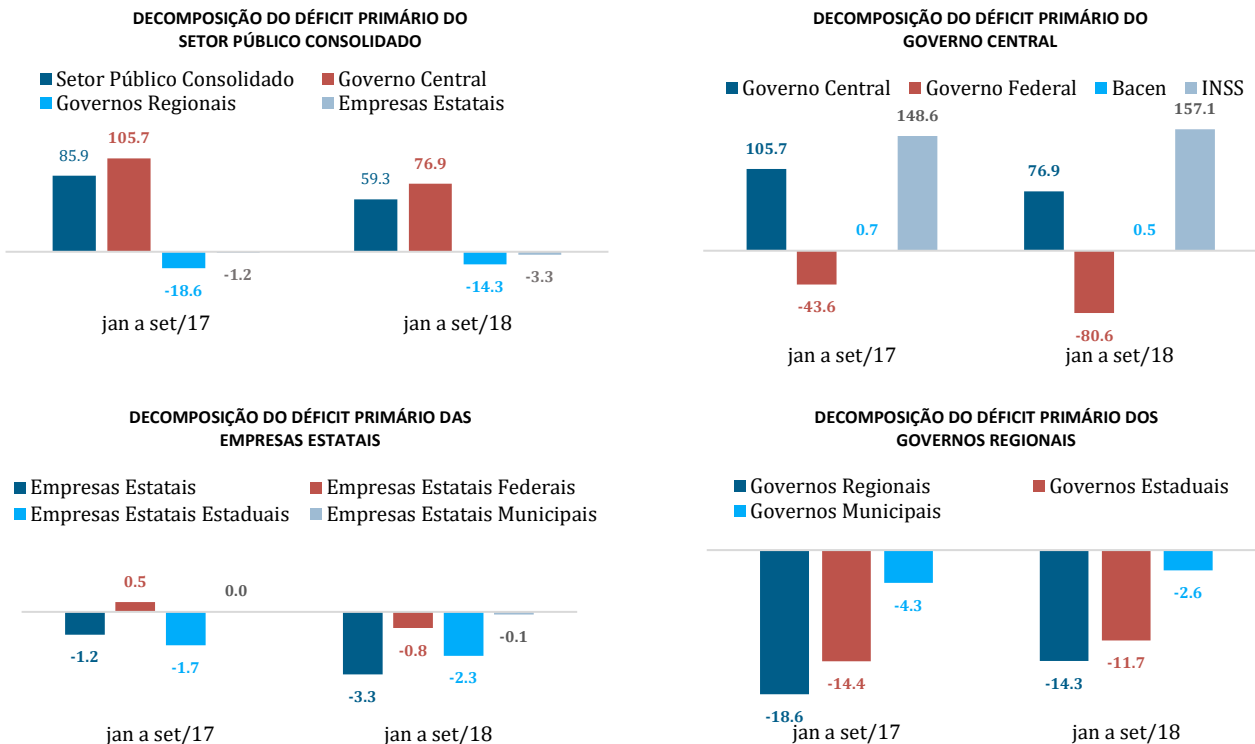
O resultado primário do setor público consolidado em setembro de 2018 foi deficitário em R\$ 24,6 bilhões (1,29% do PIB), valor maior que o de agosto (R\$ 17 bilhões em termos reais ou 1,25% do PIB). Em relação a setembro de 2017, o déficit também foi maior em termos reais – atingiu R\$ 22,2 bilhões há um ano – mas foi menor em percentual do PIB, que atingiu 2,35% em setembro de 2017. O Gráfico 14 apresenta as necessidades de financiamento do setor público como percentual do PIB em doze meses, desde janeiro de 2013. É importante notar, contudo, que o déficit primário acumulado de janeiro a setembro de 2018 (R\$ 59,3 bilhões) foi menor do que o acumulado no mesmo período de 2017 (R\$ 85,9 bilhões) em termos reais. A razão para este movimento foi a queda do déficit de dois componentes do déficit primário: o déficit do Governo Central passou de R\$ 105,7 bilhões para R\$ 76,9 bilhões, e o superávit das empresas estatais subiu de R\$ 1,2 bilhões para R\$ 3,3 bilhões (Gráfico 15). Pode-se dar um passo adiante nesta análise e verificar o que explicou as variações do resultado do GC e das estatais. No primeiro caso, a principal contribuição veio do Governo Federal – cujo superávit subiu de R\$ 43,6 bilhões para R\$ 80,6 bilhões – pois o déficit do INSS cresceu de R\$ 148,6 bilhões para R\$ 157,1 bilhões (Gráfico 15). No caso das empresas estatais, o aumento de seu superávit deve ser atribuído tanto às federais quanto às estaduais e municipais, com destaque para as federais, cujo déficit de R\$ 500 milhões no período jan-set/17 se tornou um superávit de 800 milhões no acumulado de jan-set/18 (Gráfico 15). Para finalizar, vale mencionar que os governos regionais, os quais compõem o resultado primário do setor público consolidado juntamente com o GC e as empresas estatais, foram superavitários tanto em jan-set/17 quanto em jan-set/18, muito embora este superávit tenha diminuído de R\$ 18,6 bilhões para R\$ 14,3 bilhões, sendo que os governos estaduais foram os que mais contribuíram para tal movimento (Gráfico 15).

**GRÁFICO 14. NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO
(% DO PIB ACUMULADO EM 12 MESES)**



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI. As áreas realçadas indicam os meses de julho, agosto e setembro de cada ano, para facilitar comparações visuais.

**GRÁFICO 15. DECOMPOSIÇÃO DO DÉFICIT PRIMÁRIO
(R\$ BILHÕES, PREÇOS DE SETEMBRO DE 2018, ACUMULADO DE JANEIRO A SETEMBRO)**



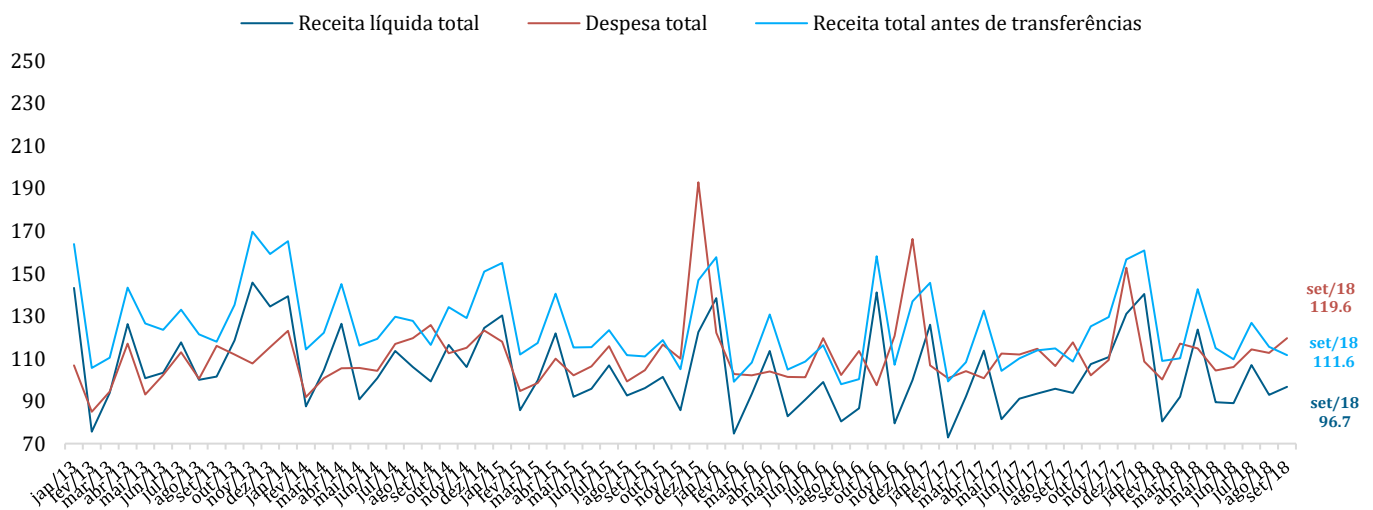
Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI. Valores positivos indicam déficit; valores negativos, superávit.

2.3 Resultado Primário do Governo Central

A receita primária total do Governo Central, segundo o Tesouro Nacional,¹ foi de R\$ 111,6 bilhões em setembro de 2018, valor menor do que o de agosto em R\$ 3,9 bilhões, em termos reais (a preços de setembro de 2018, IPCA) – veja o Gráfico 16. Comparativamente à receita total de setembro de 2017, houve acréscimo real de R\$ 3 bilhões, ou 2,7%. A receita líquida total (isto é, líquida de transferências) em setembro de 2018 foi de R\$ 96,7 bilhões, sendo que em termos reais foi de R\$ 93 bilhões em agosto e R\$ 93,8 bilhões há um ano (setembro de 2017). A despesa total, por sua vez, atingiu R\$ 119,6 bilhões em setembro de 2018, tendo sido igual a R\$ 112,7 bilhões em agosto e R\$ 117,6 bilhões em setembro de 2017.

O aumento da receita líquida entre agosto e setembro, nítido no Gráfico 16, deveu-se a uma queda de R\$ 7,5 bilhões, ou de 34%, nas transferências, e não a um aumento na receita. Ademais, o mesmo gráfico mostra que a receita líquida do Governo Central tem sido frequentemente menor do que a despesa total desde 2015. No que diz respeito a esta despesa, seu aumento entre agosto e setembro de 2018 (Gráfico 17) pode ser atribuído ao aumento de gastos com benefícios previdenciários, uma vez que os outros três componentes da despesa total (pessoal e encargos sociais, outras despesas obrigatórias, e despesas discricionárias) caíram entre estes dois meses.

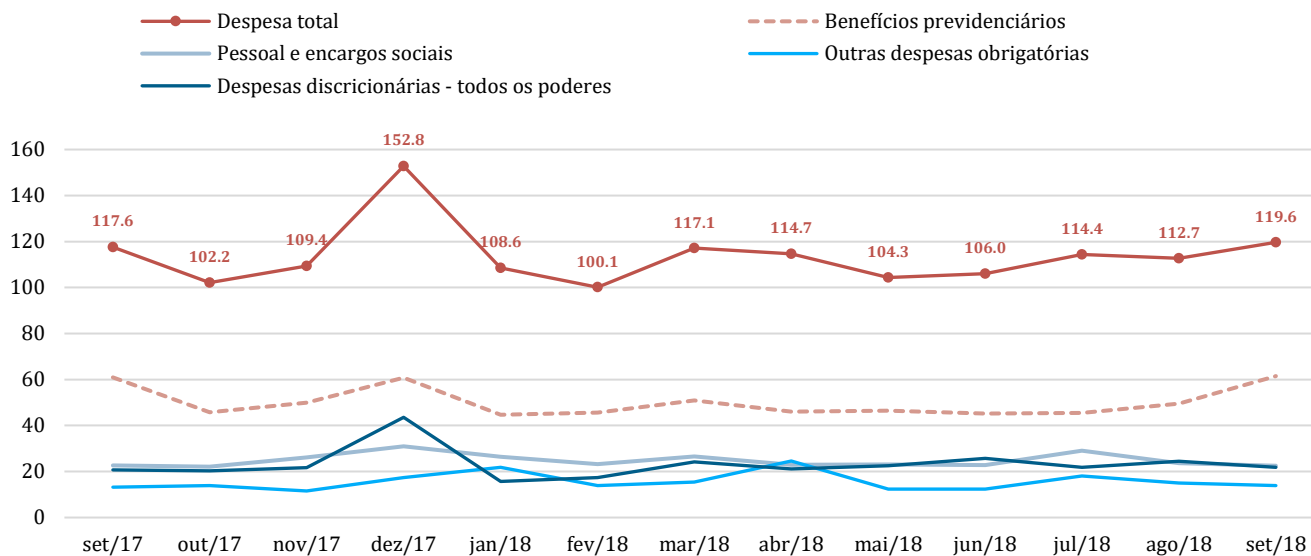
**GRÁFICO 16. RECEITA E DESPESA PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL
R\$ BILHÕES (A PREÇOS DE SETEMBRO DE 2018, IPCA)**



Fonte: Tesouro Nacional e Banco Central. Elaboração: IFI.

¹ Resultado do Tesouro Nacional.

**GRÁFICO 17. DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL
R\$ BILHÕES (A PREÇOS DE SETEMBRO DE 2018, IPCA)**



Fonte: Tesouro Nacional e Banco Central. Elaboração: IFI.

Em setembro de 2018, a participação relativa dos setores econômicos² na arrecadação de receitas federais³ se manteve semelhante àquela dos últimos dois anos, segundo dados da Receita Federal. O setor que mais contribuiu no mês foi a indústria de transformação, responsável por R\$ 28,6 bilhões ou 29% do total, seguido pelo setor de atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, que contribuiu com R\$ 16,9 bilhões (17%). Em terceiro lugar está o setor de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, com R\$ 14,4 bilhões (15%). O restante da arrecadação se distribuiu de forma mais pulverizada nos demais setores, sendo que nenhum deles, individualmente, contribuiu com mais do que 7% do total. O Gráfico 18 abaixo evidencia o peso relativo de cada setor econômico na arrecadação federal de setembro.

² Setores econômicos conforme a classificação CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas).

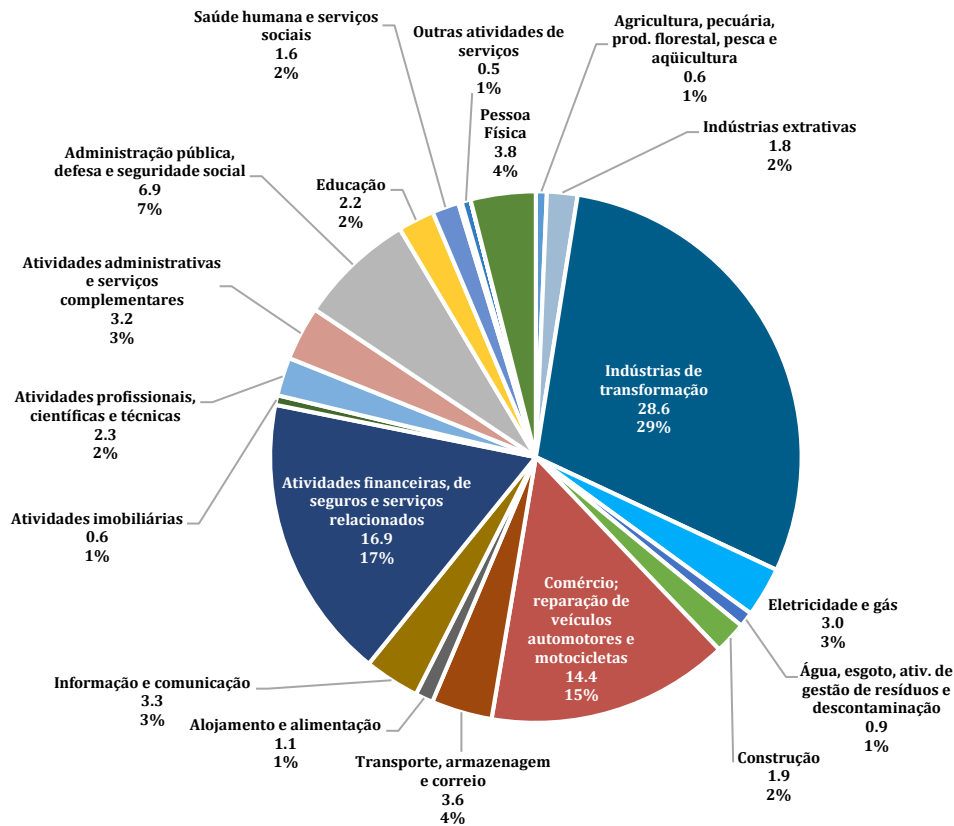
³ Os dados por setor estão disponíveis no site da "Análise Gerencial da Arrecadação - Angela", da Receita Federal:

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/analise-gerencial-da-arrecadacao-angela-1>

Os tributos considerados nesta análise são: Imposto de Importação, Imposto de Exportação, IPI, IRPF, IRPJ, IRRF, IOF, ITR, Cofins, PIS/PASEP, CSLL, CIDE, Contribuição Previdenciária, CPSS, Pagamento Unificado, Outras Receitas Administradas e Receitas Não Administradas.

Os números desta fonte ("Angela") podem diferir de outros dados de arrecadação da própria RFB, em função de diferenças na metodologia de cálculo. Por exemplo, faz parte dos dados ora considerados a arrecadação com o Imposto de Exportação, o qual não consta das principais tabelas dos Relatórios do Resultado da Arrecadação, divulgados mensalmente pela RFB.

**GRÁFICO 18. ARRECAÇÃO FEDERAL POR SETOR ECONÔMICO* EM SETEMBRO DE 2018
R\$ BILHÕES E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DE RECEITAS FEDERAIS (%)**

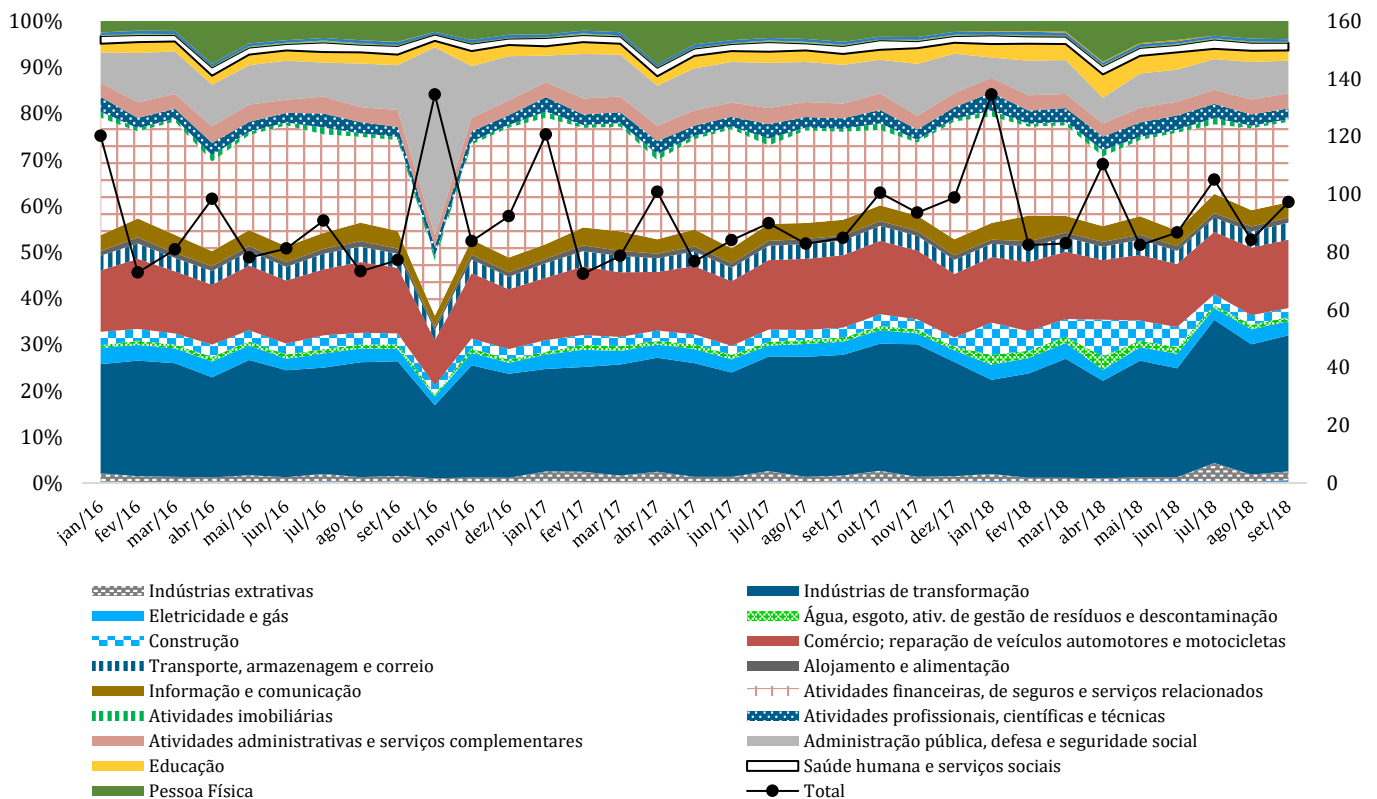


Fonte: Receita Federal. Elaboração: IFI. *Setores econômicos segundo a CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas). Setores com 0% (após arredondamento) de participação foram contabilizados, mas não estão indicados com legenda explícita no gráfico, para evitar excesso de legendas, o que dificultaria a visualização.

A participação dos diversos setores econômicos na arrecadação federal tem se mantido estável ao menos desde 2016, como demonstra o Gráfico 19, que também aponta para um aumento temporário de participação do setor Construção no primeiro semestre de 2018, aumento este que já no segundo semestre deixou de existir. O mesmo gráfico também evidencia o repentino aumento da participação do setor Administração pública, defesa e seguridade social, provavelmente decorrente do arranjo legal que caracterizou a repatriação de recursos ocorrida em 2016. Cabe observar que a variação mensal do total arrecadado e das participações setoriais, evidente no Gráfico 19, deve-se em parte à própria periodicidade estabelecida em lei para a apuração e recolhimento de certos tributos. É oportuno mencionar também que a participação dos setores na arrecadação de receitas federais difere de suas participações no PIB. Assim, é natural que a arrecadação não varie na mesma proporção do PIB. Isto é, se o PIB crescesse, como mero exercício de ilustração, 1%, não necessariamente a arrecadação federal crescerá 1%, pois esta última variação dependerá de como cada setor, individualmente, cresceu.

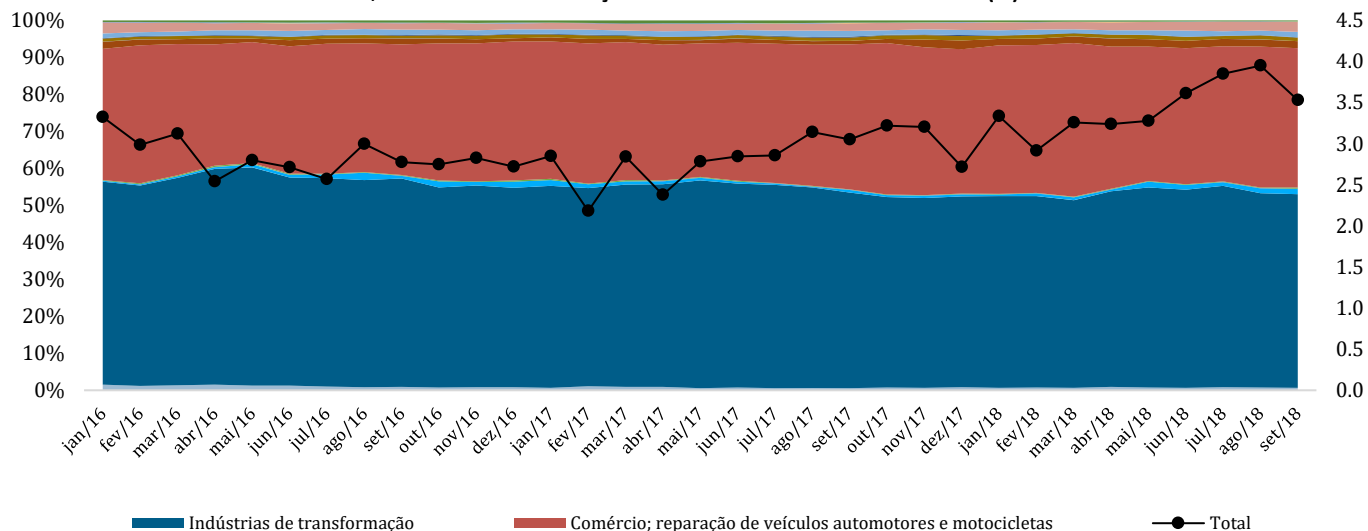
Os Gráficos 20 a 26 apresentam a participação dos setores econômicos na arrecadação de alguns tributos, de onde se verifica que as indústrias de transformação têm peso elevado na arrecadação do imposto de importação e, naturalmente, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O setor também é importante para a Cofins, PIS/PASEP (gráfico omitido) e a Cide. O setor de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas se destaca na arrecadação dos mesmos tributos. O setor de atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, por sua vez, destaca-se na arrecadação de IRRF, IOF e CSLL (gráficos omitidos).

GRÁFICO 19. ARRECAÇÃO* TOTAL FEDERAL POR SETOR ECONÔMICO**
JANEIRO DE 2016 A SETEMBRO DE 2018
R\$ BILHÕES E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DE RECEITAS FEDERAIS (%)



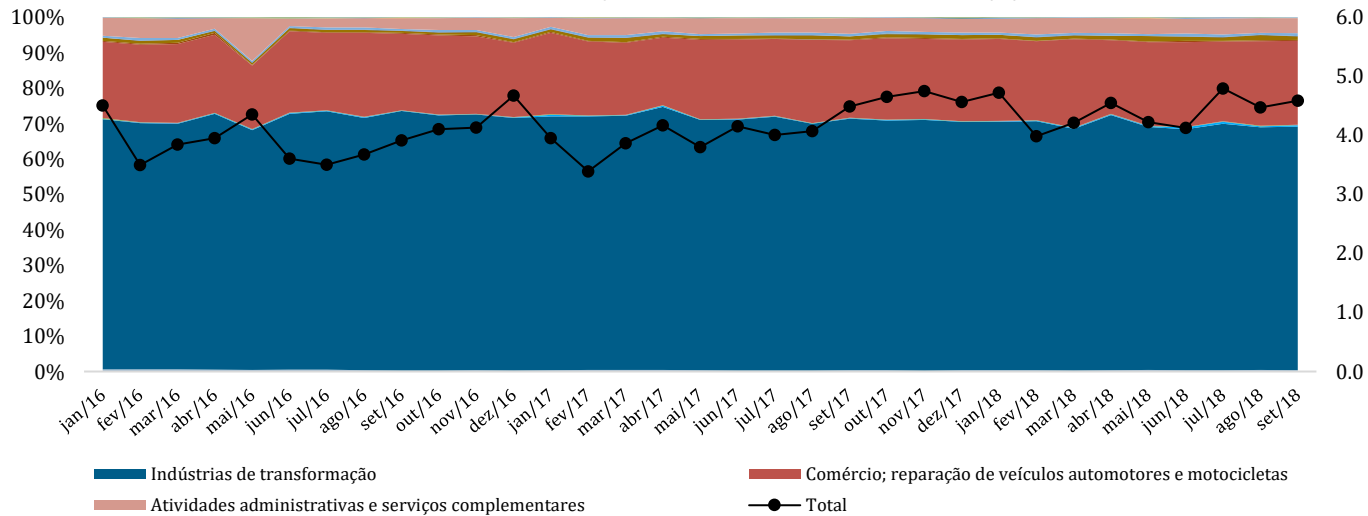
Fonte: Receita Federal. Elaboração: IFI. As áreas correspondem ao eixo vertical esquerdo (percentual), enquanto a linha preta corresponde ao eixo vertical direito (bilhões de reais). *Dados da "Análise Gerencial da Arrecadação - Angela", da Receita Federal. **Setores econômicos segundo a CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas). Apenas os setores com maior participação relativa constam da legenda, mas todos constam do gráfico (aqueles com pequena participação são pouco visíveis).

GRÁFICO 20. ARRECAÇÃO* DE IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO POR SETOR ECONÔMICO**
JANEIRO DE 2016 A SETEMBRO DE 2018
R\$ BILHÕES E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DE RECEITAS FEDERAIS (%)



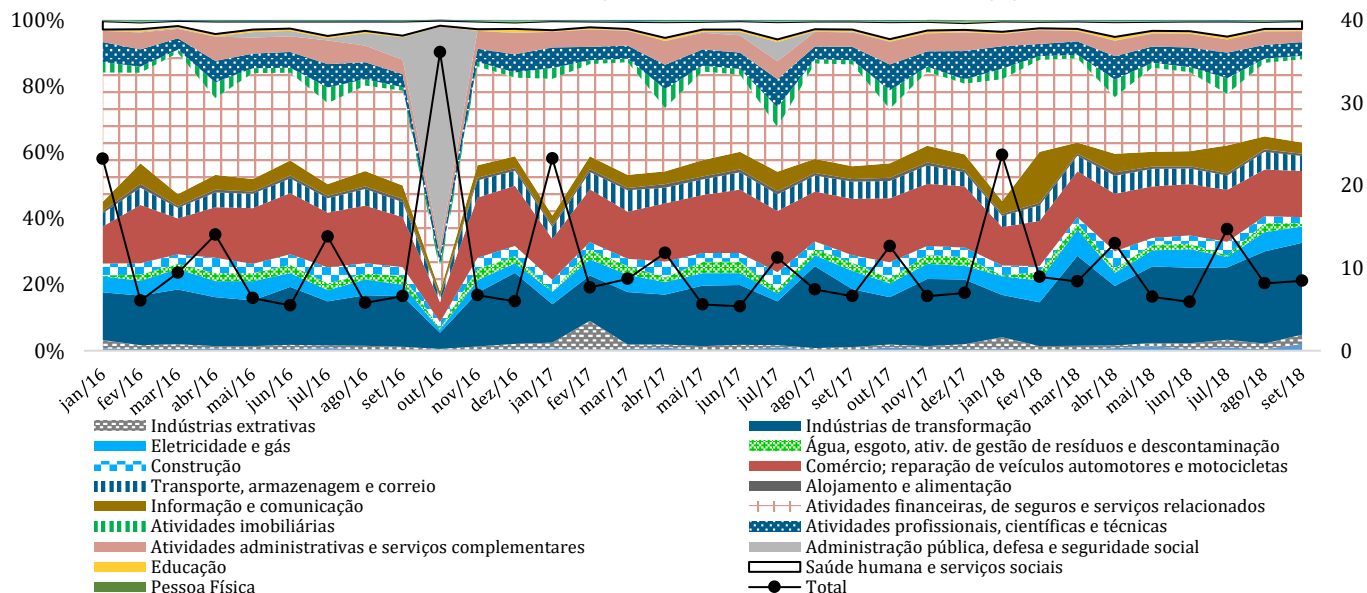
Fonte: Receita Federal. Elaboração: IFI. As áreas correspondem ao eixo vertical esquerdo (percentual), enquanto a linha preta corresponde ao eixo vertical direito (bilhões de reais). *Dados da "Análise Gerencial da Arrecadação - Angela", da Receita Federal. **Setores econômicos segundo a CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas). Apenas os setores com maior participação relativa constam da legenda, mas todos constam do gráfico (aqueles com pequena participação são pouco visíveis).

GRÁFICO 21. ARRECAÇÃO* DE IPI POR SETOR ECONÔMICO**
JANEIRO DE 2016 A SETEMBRO DE 2018
R\$ BILHÕES E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DE RECEITAS FEDERAIS (%)



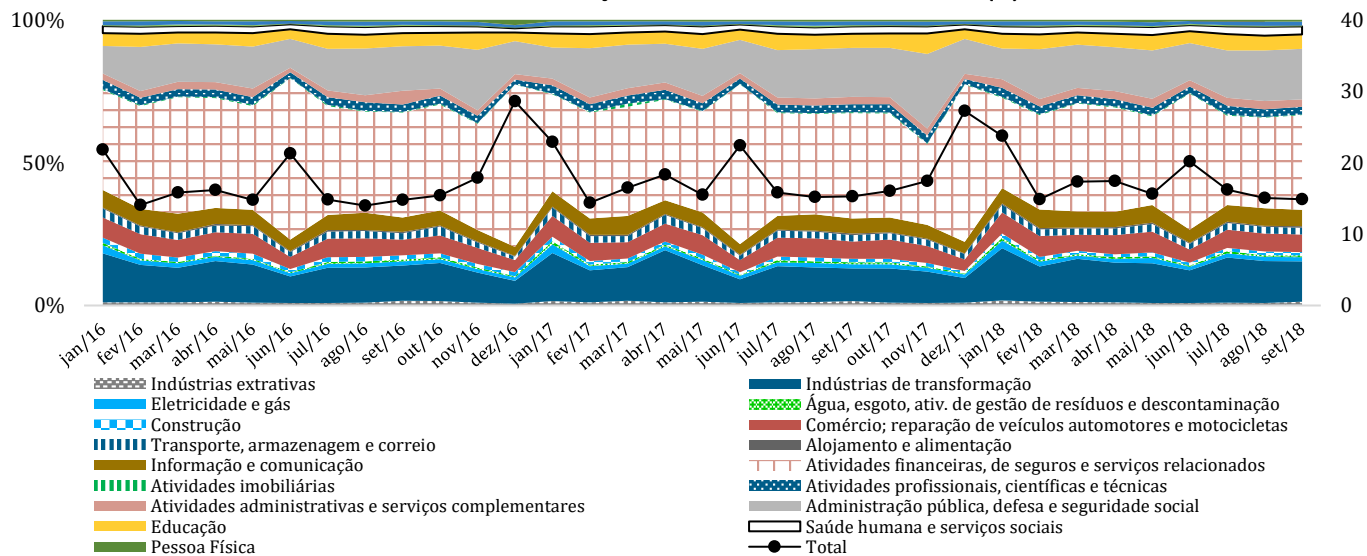
Fonte: Receita Federal. Elaboração: IFI. As áreas correspondem ao eixo vertical esquerdo (percentual), enquanto a linha preta corresponde ao eixo vertical direito (bilhões de reais). *Dados da "Análise Gerencial da Arrecadação - Angela", da Receita Federal. **Setores econômicos segundo a CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas). Apenas os setores com maior participação relativa constam da legenda, mas todos constam do gráfico (aqueles com pequena participação são pouco visíveis).

GRÁFICO 22. ARRECADAÇÃO* DE IRPJ POR SETOR ECONÔMICO**
JANEIRO DE 2016 A SETEMBRO DE 2018
R\$ BILHÕES E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DE RECEITAS FEDERAIS (%)



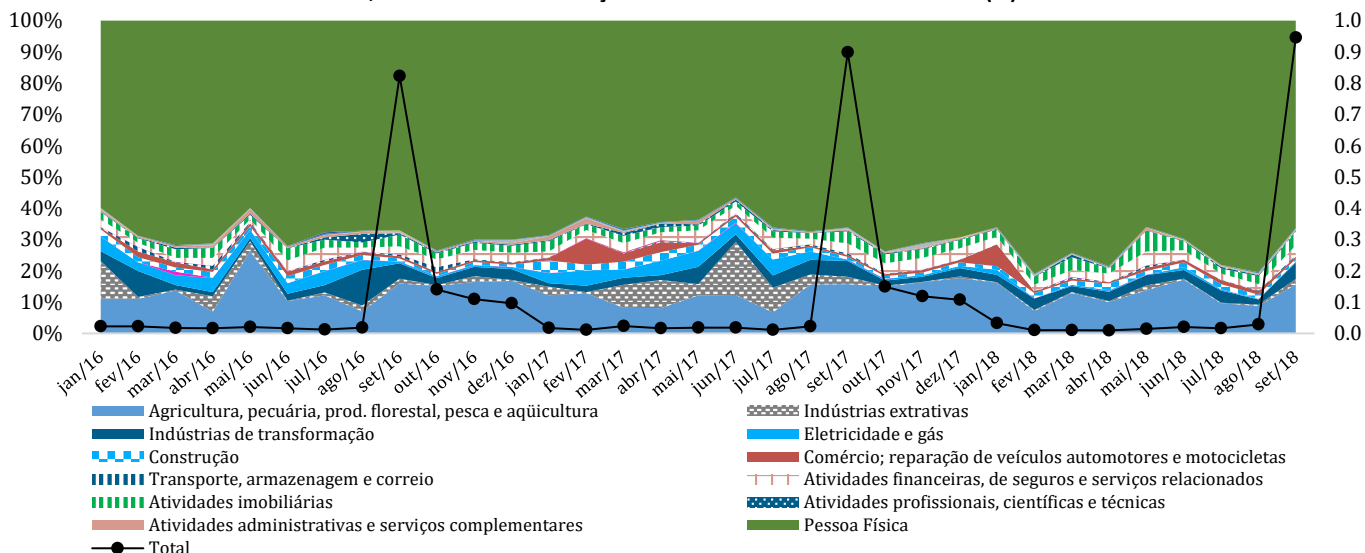
Fonte: Receita Federal. Elaboração: IFI. As áreas correspondem ao eixo vertical esquerdo (percentual), enquanto a linha preta corresponde ao eixo vertical direito (bilhões de reais). *Dados da "Análise Gerencial da Arrecadação - Angela", da Receita Federal. **Setores econômicos segundo a CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas). Apenas os setores com maior participação relativa constam da legenda, mas todos constam do gráfico (aqueles com pequena participação são pouco visíveis).

GRÁFICO 23. ARRECADAÇÃO* DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE POR SETOR ECONÔMICO**
JANEIRO DE 2016 A SETEMBRO DE 2018
R\$ BILHÕES E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DE RECEITAS FEDERAIS (%)



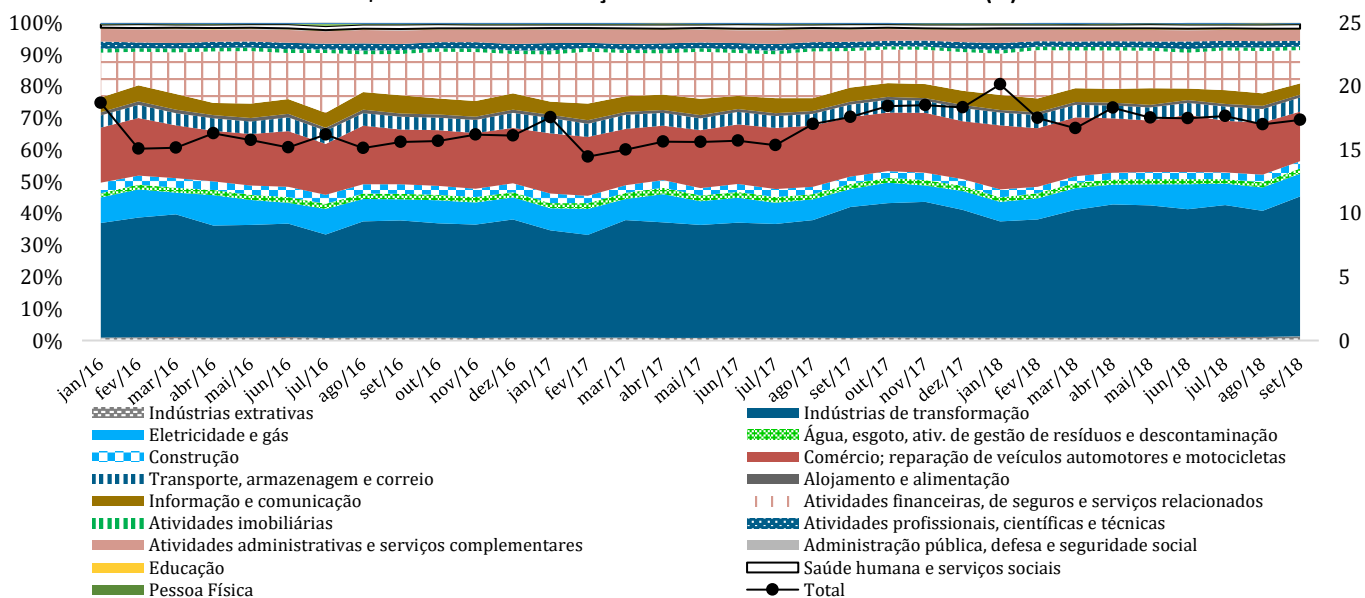
Fonte: Receita Federal. Elaboração: IFI. As áreas correspondem ao eixo vertical esquerdo (percentual), enquanto a linha preta corresponde ao eixo vertical direito (bilhões de reais). *Dados da "Análise Gerencial da Arrecadação - Angela", da Receita Federal. **Setores econômicos segundo a CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas). Apenas os setores com maior participação relativa constam da legenda, mas todos constam do gráfico (aqueles com pequena participação são pouco visíveis).

GRÁFICO 24. ARRECAÇÃO* DE ITR POR SETOR ECONÔMICO**
JANEIRO DE 2016 A SETEMBRO DE 2018
R\$ BILHÕES E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DE RECEITAS FEDERAIS (%)



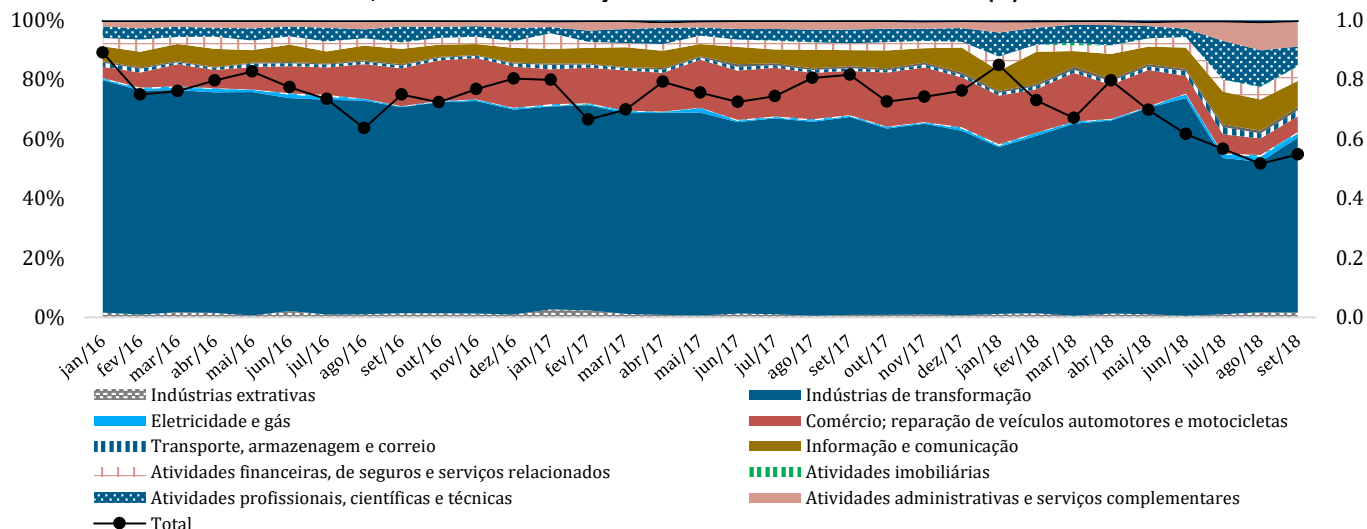
Fonte: Receita Federal. Elaboração: IFI. As áreas correspondem ao eixo vertical esquerdo (percentual), enquanto a linha preta corresponde ao eixo vertical direito (bilhões de reais). *Dados da "Análise Gerencial da Arrecadação - Angela", da Receita Federal. **Setores econômicos segundo a CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas). Apenas os setores com maior participação relativa constam da legenda, mas todos constam do gráfico (aqueles com pequena participação são pouco visíveis).

GRÁFICO 25. ARRECAÇÃO* DE COFINS POR SETOR ECONÔMICO**
JANEIRO DE 2016 A SETEMBRO DE 2018
R\$ BILHÕES E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DE RECEITAS FEDERAIS (%)



Fonte: Receita Federal. Elaboração: IFI. As áreas correspondem ao eixo vertical esquerdo (percentual), enquanto a linha preta corresponde ao eixo vertical direito (bilhões de reais). *Dados da "Análise Gerencial da Arrecadação - Angela", da Receita Federal. **Setores econômicos segundo a CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas). Apenas os setores com maior participação relativa constam da legenda, mas todos constam do gráfico (aqueles com pequena participação são pouco visíveis).

GRÁFICO 26. ARRECAÇÃO* DE CIDE POR SETOR ECONÔMICO
JANEIRO DE 2016 A SETEMBRO DE 2018
R\$ BILHÕES E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DE RECEITAS FEDERAIS (%)**



Fonte: Receita Federal. Elaboração: IFI. As áreas correspondem ao eixo vertical esquerdo (percentual), enquanto a linha preta corresponde ao eixo vertical direito (bilhões de reais). *Dados da "Análise Gerencial da Arrecadação - Angela", da Receita Federal. **Setores econômicos segundo a CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas). Apenas os setores com maior participação relativa constam da legenda, mas todos constam do gráfico (aqueles com pequena participação são pouco visíveis).

De todos os estados do país, incluindo o Distrito Federal, São Paulo foi aquele que mais contribuiu em setembro de 2018 para a arrecadação de diversos tributos: imposto de importação (50% do total do Brasil), imposto de exportação (81%), IPI (44%), impostos sobre a renda (41%), IOF (67%), ITR (20%), Cofins (37%), PIS/PASEP (34%), CSLL (41%), receita previdenciária (35%), e outras receitas administradas pela Receita Federal (29%). O Rio de Janeiro se destaca na arrecadação da CIDE combustíveis (89% do total do Brasil) e na arrecadação de receitas não administradas pela Receita Federal (88%), além de seguir de perto a contribuição de SP no caso de alguns outros tributos, como Cofins (23%), PIS/PASEP (21%) e outras receitas administradas pela Receita Federal (28%). Estes fatos podem ser visualizados no Gráfico 27, que apresenta a participação relativa dos estados na arrecadação de alguns tributos. Neles, SP é a parcela vermelha, e o RJ é a parcela cinza.

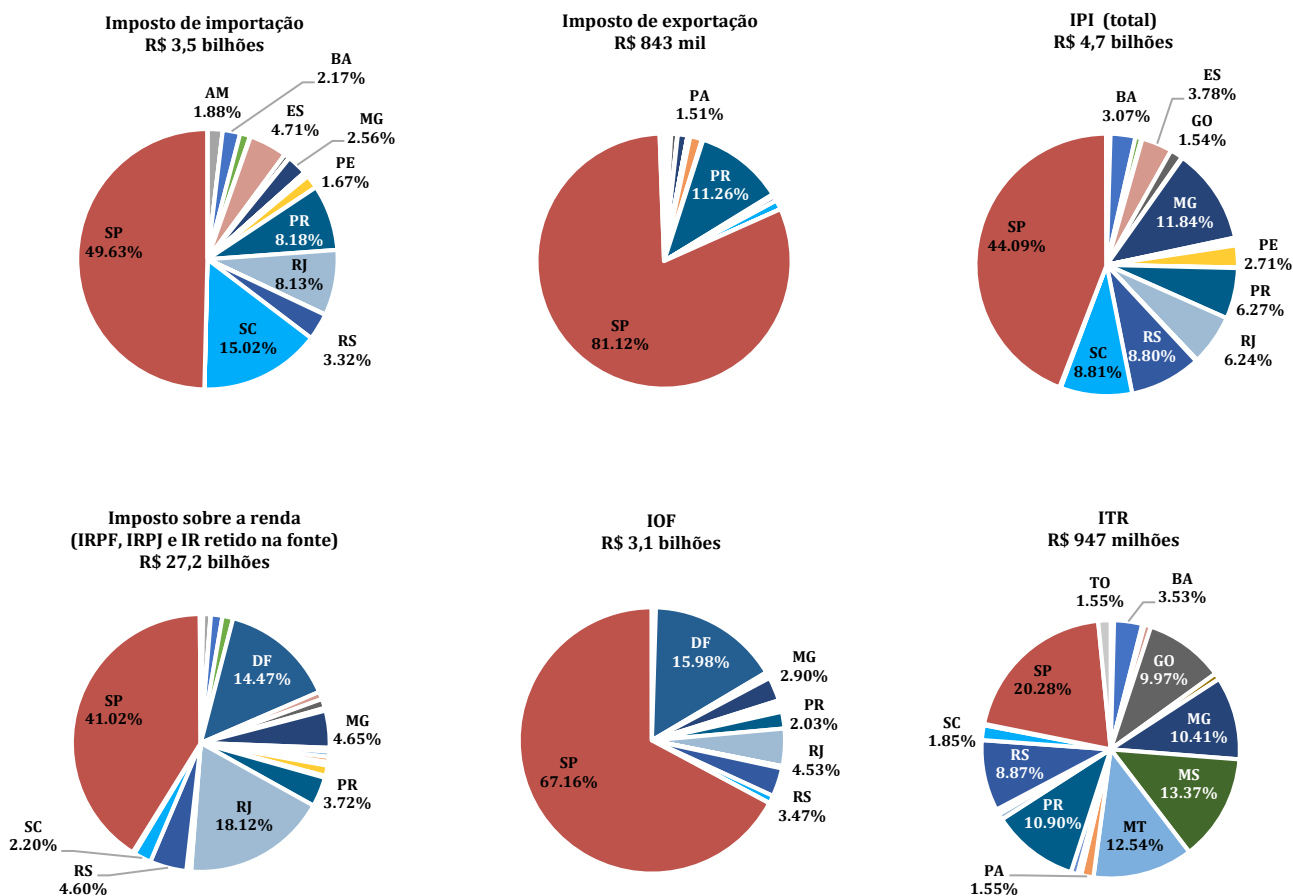
Vale notar que o Distrito Federal contribuiu com 48% da arrecadação de CPSS, muito mais do que o segundo estado que mais contribuiu (RJ, com 10%). O DF também se destaca na contribuição para as outras receitas administradas pela Receita Federal (21%), atrás apenas de SP e do RJ. O estado de Santa Catarina se destaca na contribuição para o imposto de importação,⁴ o qual, apesar de ter em SP a maior fonte de arrecadação, teve em SC o equivalente a 15% do total, o segundo maior percentual. Em terceiro lugar vêm Rio de Janeiro e Paraná, com 8% cada. Aliás, no que diz respeito a outro

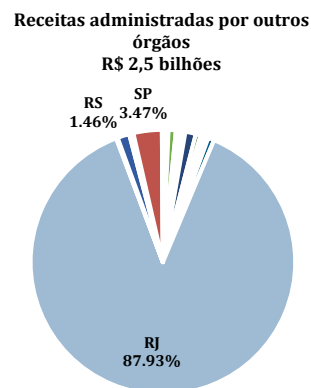
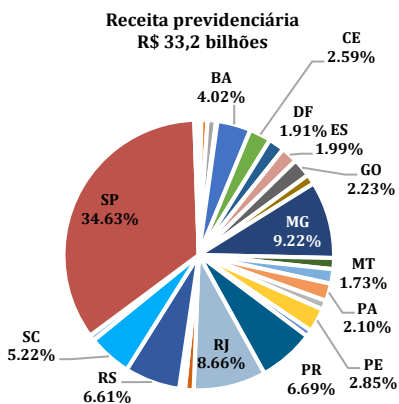
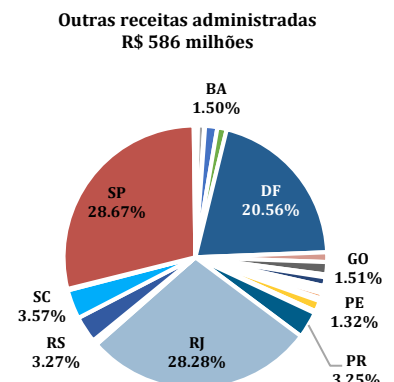
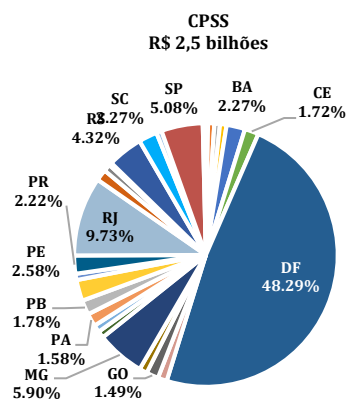
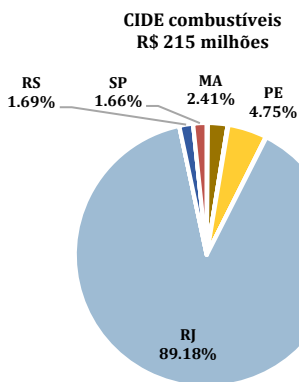
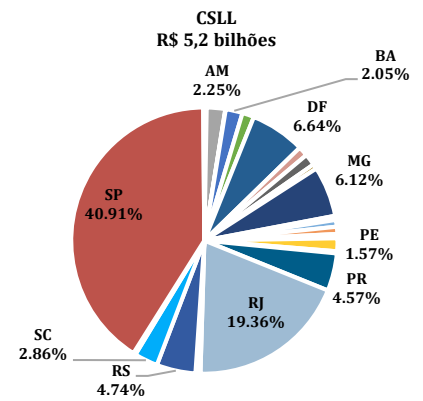
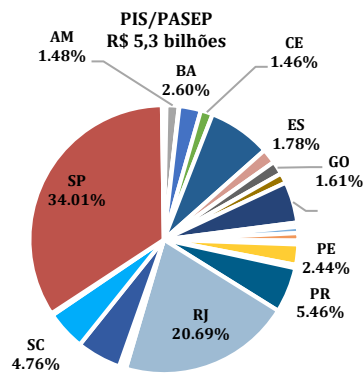
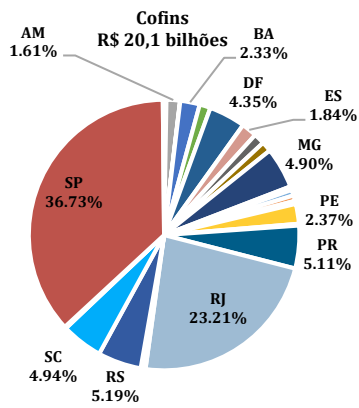
⁴ Os números e gráficos de arrecadação por estado devem ser apreciados com cautela, pois peculiaridades das regras tributárias brasileiras podem distorcer o significado destes números. Por exemplo, a participação destacada de Santa Catarina na arrecadação do imposto de importação pode decorrer, em algum grau, dos incentivos fiscais concedidos por SC no que se refere a outro tributo, o ICMS. Como produtos importados também pagam ICMS, as empresas podem preferir importar através de SC ao invés de, por exemplo, SP. Com isso, o imposto de importação também passa a ser arrecadado em SC.

imposto, o de exportação, o Paraná é o segundo colocado (11%). O tributo para o qual os estados contribuíram de maneira mais desconcentrada foi o ITR: SP com 20%, MT e MS com 13% cada, PR com 11%, GO e MG com 10%, e RS com 9%.

A participação relativa dos estados pouco mudou em relação a um ano atrás, setembro de 2017, com exceção talvez das receitas com CSLL e das outras receitas administradas pela RFB. SP representava 48% e 41% da arrecadação de CSLL e outras receitas administradas em setembro de 2017, respectivamente, mas passou para 41% e 29% em setembro de 2018.

GRÁFICO 27. ARRECADAÇÃO POR ESTADO EM SETEMBRO DE 2018 (TOTAL NACIONAL INDICADO EM CADA GRÁFICO)





Fonte: Receita Federal. Elaboração: IFI. Setores com 1% (após arredondamento) de participação foram contabilizados, mas não estão indicados com legenda explícita no gráfico, para evitar excesso de legendas, o que dificultaria a visualização.